

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 518.913 - SP (2019/0189086-8)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : MARCOS RIBEIRO DA SILVA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCOS RIBEIRO DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **MARCOS RIBEIRO DA SILVA** em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Colhe-se dos autos que o paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Neste *writ*, o impetrante sustenta, em síntese, que: **a)** o paciente, em sua petição, tem razão ao asseverar a "ausência de elementos capazes de justificar a custódia" (e-STJ, fl. 63); **b)** é suficiente a imposição de medida cautelar diversa da prisão; **c)** o paciente é "primário e de bons antecedentes" (e-STJ, fl. 63).

Pleiteia a revogação da custódia preventiva ou a substituição dela por medida cautelar diversa da prisão.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *habeas corpus*.

É o relatório.

Em consulta à base de dados processuais desta Corte, verifica-se que as questões aqui levantadas já foram examinadas, em 12/5/2019, quando do julgamento do *Habeas Corpus* n. 505.437/SP, de minha relatoria, impetrado em favor do ora paciente e impugnando o mesmo acórdão (Processo n. 2001248-06.2019.8.26.0000).

Como se vê, trata-se de mera reiteração de pedidos já julgados por esta Corte, o que é inadmissível, conforme jurisprudência pacífica deste Tribunal.

Sobre o tema, os seguintes julgados:

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. INEXISTÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS APTOS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. MANDAMUS NÃO CONHECIDO. REITERAÇÃO DE PEDIDOS. DECISÃO MONOCRÁTICA AMPARADA PELA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Agravo regimental interposto contra decisão monocrática que não conheceu do presente *habeas corpus* em razão de os pedidos nele formulados terem sido analisados pela Quinta Turma do STJ no julgamento do HC n 376.450/PE.

2. O presente recurso não traz argumentos novos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado.

3. Embora o HC n 376.450/PE não tenha sido conhecido por ser substitutivo de recurso próprio, o colegiado ponderou ser razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual

Superior Tribunal de Justiça

constrangimento ilegal. Em outras palavras, embora o colegiado não tenha conhecido do referido mandamus porque deveria ter sido interposto, na espécie, recurso ordinário em habeas corpus, na prática, por cautela, enfrentou todos os temas alegados pela defesa com vistas a afastar eventual flagrante ilegalidade passível de ser reconhecida ex officio. Destarte, o enfrentamento de todas as questões tratadas no HC n 376.450/PE evidenciam que o presente writ encontra-se prejudicado por tratar de teses idênticas.

4. Embora o HC n 376.450/PE tenha sido interposto posteriormente ao HC n. 272.077/PE, optou-se pelo julgamento do mandamus mais recente pelo colegiado em razão de possuir pedido mais amplo. De toda sorte, frise-se que todas as teses defensivas deduzidas no HC n. 272.077/PE foram analisadas no HC n 376.450/PE pelo colegiado. Diante disso, qualquer insurgência contra o acórdão proferido no HC n 376.450/PE deve ser levada, pela via recursal própria, ao Supremo Tribunal Federal - STF, sendo defeso à Quinta Turma do STJ reformar o acórdão proferido no HC n 376.450/PE mediante novo julgado no presente writ, o que equivaleria a concessão de habeas corpus contra ato próprio, incabível conforme art. 650, § 1º, do Código de Processo Penal.

5. Conforme remansosa jurisprudência do STJ, não deve ser conhecido o writ que reitera alegações já apreciadas previamente pelo colegiado em outro mandamus ou recurso. Precedentes.

6. Agravo regimental ao qual se nega provimento."

(AgRg no HC 272.077/PE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 4/10/2018, DJe 19/10/2018).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. REITERAÇÃO DE PEDIDO. NÃO CONHECIMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Verificada a identidade de partes e de pedido, não se conhece de recurso ordinário que reitera controvérsia sobre ilicitude de provas já dirimida por este Superior Tribunal.

2. Agravo regimental não provido."

(AgRg no RHC 75.485/PE, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 7/2/2017, DJe 16/2/2017).

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator